

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Ata n.º 16

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar no júri do regulamento de bolsas de estudo do ensino superior; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, no município - Processo visado 1940/2014; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de massas betuminosas asfálticas, até um limite de 70.000,00€ mais IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Concurso Público para Aquisição de Serviços de Análises e Controlo da Qualidade da Água das Piscinas Municipais de Albufeira, Durante o Período de 3 Anos; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Concurso Público para Aquisição de Serviços de Limpeza do Complexo das Piscinas Municipais e de Quatro Pavilhões, em Albufeira; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento Contínuo de Material Elétrico e Acessórios; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU, para concurso de fornecimento de peixe fresco nas cantinas escolares; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU, sobre o ano letivo 2014/2015; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, da moção apresentada pela CDU acerca do fim às portagens na Via do Infante; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU sobre o Orçamento de Estado para 2015. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira

Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), João Hélder Grade Cabrita (membro suplente PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Fernando José Rocha Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesias, de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, da Guia, Joaquim Vieira, de Ferreiras, Fernando Gregório e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Carlos Fernandes e Ana Pereira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Carlos Fernandes e Ana Alexandra Pereira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, João Hélder Grade Cabrita e Fernando José Rocha Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Marlene Silva, Ana Vidigal da Silva e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

António Silva: "Boa noite. Sou professor numa escola neste concelho, também sou dirigente sindical, e gostaria de colocar uma questão à autarquia. O governo tem transferido para os municípios competências no âmbito da segurança social, saúde e educação. A Constituição da República Portuguesa determina que são da responsabilidade do estado. Sobre a educação os envolvidos têm primado pelo silêncio, agindo num quadro de quase de completo secretismo, pelo que salvo raras exceções, só através de fugas de informação, tem sido possível conhecer algumas linhas do processo em curso. Pelo que se sabe, os contratos interadministrativos de delegação de competências pretendem a transferência de encargos para as câmaras municipais. Em processos semelhantes, os meios financeiros nunca foram transferidos a um nível suficiente, e por vezes foram com atrasos. O governo quer continuar a reduzir o financiamento da escola pública mas quer passar essa responsabilidade para os órgãos do poder local, como por exemplo a redução de docentes que o governo tem vindo a concretizar. Com a assinatura deste contrato as câmaras municipais ficarão numa maior dependência do governo, sujeitas à sua arbitrariedade no plano da avaliação no

cumprimento das obrigações quando o referido contrato faz depender dessas avaliações as transferências financeiras. O próprio guião da reforma do estado afirma que a qualidade do ensino é um fator de concorrência saudável entre os municípios. Isto seria admitir a existência de casos de maior e menor qualidade, isto é, a existência de assimetrias na resposta educativa, a desigualdade. A qualidade da educação deverá ser objetivo estratégico nacional. Assim, questiono esta autarquia se já assinou, ou pretende assinar, contrato interadministrativo de delegação de competências, conhecido como "municipalização do ensino." -----

Presidente da Câmara: "A resposta é muito simples: não. Não conheço os termos, portanto, não me pronuncio sobre o que não conheço." -----

Não havendo mais intervenções nem correspondência recebida o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar no júri do regulamento de bolsas de estudo do ensino superior; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista A" (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Cândido Reigado apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista B" (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista C" (Doc. 3, anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas, designadas por lista A, lista B, e lista C, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: nove (09) votos; -----

LISTA B: dois (02) votos; -----

LISTA C: catorze (14) votos; -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleito o seguinte membro: -----

Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de encargos a suportar pelo município em 2018, do contrato para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, no município - Processo visado 1940/2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Foi apreciado e deliberado na Assembleia de março de dois mil e catorze sobre a prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, para que começasse no dia um de julho de dois mil e catorze e para ter final no fim de dois mil e dezassete. O que verificamos neste despacho é que as datas estão completamente alteradas. Agora vem do Tribunal de Contas com começo desta prestação de serviços a partir de um de dezembro até final de maio de dois mil e dezoito. Gostaríamos de saber qual foi o motivo deste adiamento. Verificamos que o contrato deixa de ser de quarenta e dois meses e passa a ser de quarenta e sete meses. Como referimos, em dezanove de março de dois mil e catorze, que os valores que iremos pagar é um valor que é da ordem de três milhões cento e vinte e cinco, por ano, ou seja, se estes serviços fossem da gestão camarária ficaria por volta de dois milhões." -----

Presidente da Câmara: "O contrato irá iniciar-se quando for assinado, portanto, só produzirá efeitos a partir da assinatura, só a partir daí é que se paga. Há uma extensão de prazos que o Tribunal de Contas coloca e é devido ao atraso do procedimento e da sua conclusão. Não iremos pagar nada a mais do que aquilo que seja prestado em termos de serviço, isso que fique bem claro." -----

José Pimenta: "O Tribunal de Contas faz o despacho a vinte de novembro de dois mil e catorze. Se foi aprovado pela assembleia municipal em dezanove de março, porque é que não foi logo para o Tribunal de Contas? Depois há recomendações do Tribunal de Contas que chamam a atenção à câmara para determinadas situações." -----

Presidente da Câmara: "O Tribunal de Contas deu a sua opinião, e é respeitável, é para ser tomada em conta." -----

Francisco Oliveira: "Pegando nesta ultima questão levantada sobre o documento enviado pelo Tribunal de Contas, passo a ler para ser mais preciso, correto e objetivo. De acordo com o estipulado no artigo 75º do Código dos Contratos Públicos, os factos

a integrar no critério de adjudicação devem corresponder a aspetos submetidos à concorrência e refletir adequadamente a valorização das propostas nesse particular. Assim, o fator aluguer de instalações e equipamentos deveria permitir valorar, não apenas o alugue ou não dos equipamentos camarários, mas também a medida desse aluguer, quer em termos de quantidade quer de preço, de modo a assegurar uma efetiva valoração e diferenciação das propostas. Deve assegurar-se uma atempada preparação, autorização e outorga dos contratos, de modo a prevenir a sua retroatividade, que a lei só admite em circunstâncias excecionais. A conclusão que se tira, que está aqui plasmada, é que o concurso tinha algumas deficiências e não foram valorados devidamente determinados itens do referido concurso. O Tribunal de Contas dá o seu visto, mas recomenda que a câmara municipal, em situações futuras, tenha o cuidado de assegurar a concorrência, a valorização das propostas, para que não haja situações que possam ser atacadas. Tendo em conta estas indicações, por parte do Tribunal de Contas, o Partido Socialista vai abster-se nesta votação." -----

Soraia Morais: "No concurso em causa, gostaria de saber, porque é que a empresa que não ganhou o concurso reclama e qual o fundamento que faz na reclamação." -----

Presidente da Câmara: "Houve de facto uma reclamação: houve duas empresas que estiveram perto de serem adjudicadas. O fundamento da adjudicação foi para a empresa que apresentou mais recursos, mais recolha, mais funcionários, não obstante haver uma diferença de preço (a que perdeu tinha uma diferença de preço inferior) mas a outra compensava com mais serviços, mais pessoas e mais equipamentos." -----

Vice-Presidente: "Foi discutido aqui na Assembleia, antes de ir para o Tribunal de Contas. Os processos são sempre um pouco morosos. Uma das demoras que me recordei foi pela entrega da garantia - foi na altura em que o BES teve problemas, o prestador de serviços tinha a garantia já passada pelo BES. Entretanto apareceu o Novo Banco e de seguida o processo foi para o Tribunal de Contas. Não têm grandes dúvidas em relação a este contrato, apenas fazem recomendações para futuros procedimentos. Houve um concorrente que reclamou por estar muito próximo. Obviamente, não era o terceiro ou quarto que reclamava, é sempre o segundo. O processo foi visado de uma forma bastante rápida e simples, em termos processuais. Não estou a dizer em termos temporais. O tribunal de contas é douto nessa matéria e nós temos de seguir as suas recomendações." -----

Presidente da Assembleia: "Quero só chamar a atenção: fomos induzidos em erro pela remessa do assunto à assembleia, porque não vamos deliberar sobre o contrato. Aquilo que estamos, efetivamente, a deliberar é uma autorização de assegurar o encargo até dois mil e dezoito. Coloco assim à consideração da Assembleia a alteração à redação do ponto. Não havendo oposição, o ponto será: "Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara municipal, de autorização da repartição de encargos a suportar pelo município até dois mil e dezoito." -----

José Pimenta: "Pergunto, porque é que, se tivemos algumas sessões da assembleia posteriormente, a assembleia não foi informada. Ficamos a pensar que o contrato está a andar normalmente, a partir de junho, e não digam que é igual, quarenta e dois meses para quarenta e sete." -----

Presidente da Câmara: "A empresa está a trabalhar com adjudicações mensais que estamos a fazer enquanto este assunto não é resolvido. Não íamos deixar Albufeira por limpar. A única alteração que há é que se vai prolongar até dois mil e dezoito. Vai começar mais tarde, e prolonga-se também até mais tarde." -----

José Pimenta: "Continuo a perguntar: porque é que a assembleia não foi informada?" ---

Presidente da Câmara: "Está a ser informada agora. Tivemos reunião de câmara a dez de Dezembro e remetemos para a assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Sempre que pretenderem esclarecimentos adicionais podem dirigir-se à assembleia, para pedirmos à câmara municipal os elementos que considerem pertinentes. Nós, por parte da assembleia, aquilo que recebemos remetemos para os membros."-----

José Pimenta: "Como é que posso ter uma dúvida se eu não tenho conhecimento que existe essa situação? Só consigo ter conhecimento se me informarem."-----

Presidente da Assembleia: "Estava a referir-me a qualquer assunto genérico. Não cabe à mesa pedir esclarecimentos à câmara municipal para satisfazer dúvidas que ainda não existem." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstencões: nove (09) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, João Cabrita, Fernando Cabrita, Leonardo Paço, Presidente da Junta de

Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne; -----
Votos a Favor: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,
A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de massas betuminosas asfálticas, até um limite de 70.000,00€ mais IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, João Cabrita, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Concurso Público para Aquisição de Serviços de Análises e Controlo da Qualidade da Água das Piscinas Municipais de Albufeira, Durante o Período de 3 Anos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, João Cabrita, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Concurso Público para Aquisição de Serviços de Limpeza do Complexo das Piscinas Municipais e de Quatro Pavilhões, em Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Entendemos que, em vez de ser entregue a uma empresa privada, deveria ser a câmara a controlar estes serviços, com trabalhadores da própria câmara. Sabemos que para contratar temos o problema do PAEL, mas neste caso, entregam a uma empresa privada e vai custar à câmara muito mais do que seria o custo se fosse a própria câmara com o seu pessoal a fazer este serviço." -----

Presidente da Câmara: "Não temos pessoal suficiente. Este ano até vamos contratar cerca de vinte e oito trabalhadores, mas este processo tem normas técnicas a serem cumpridas, e não temos pessoal nos nossos quadros para isso." -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado, José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, João Cabrita, Mário Gaspar, Cristina Oliveira,

Fernando Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento Contínuo de Material Elétrico e Acessórios; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, João Cabrita, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU, para concurso de fornecimento de peixe fresco nas cantinas escolares; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "A recomendação feita pela CDU para o executivo abrir concurso para fornecimento de peixe fresco nas cantinas escolares, tem como objetivo uma alimentação saudável para os alunos, e na base de uma dieta mediterrânica. Para nós, CDU, não é compreensível que, ao mesmo tempo que no mercado municipal se faça demonstrações, aulas de cozinha, sobre a cavala e o polvo, se promova a festa da

sardinha, tanto no mercado municipal como nos Olhos de Água, entretanto nas escolas, em que o fornecimento é da responsabilidade da autarquia, os alunos, em relação ao pescado, têm, na alimentação, peixe congelado. Quanto à desistência do fornecedor, que há uns anos atrás, não foi capaz de cumprir o contrato, haverá, com toda a certeza, outros que farão esse abastecimento e cumprirão com o contrato. Estamos convictos que haverá vendedores de pescado, na praça municipal, que irão concorrer. "- Francisco Oliveira: "No que diz respeito a esta recomendação, não me choca, de facto, fazermos essa recomendação à câmara municipal. Naturalmente que o executivo terá em consideração aquilo que são as condições do fornecimento do peixe fresco e, também, o custo e, naturalmente, a deterioração do mesmo. Concordamos que, de facto, é muito mais saudável o consumo de peixe fresco, mas também temos de ver que muitas vezes será difícil, com a quantidade de alimentos que são fornecidos às cantinas, ter uma gestão mais correta com peixe fresco, do que com o peixe congelado. Não faço ideia, não sou especialista nessas matérias, mas, no entanto, iremos votar a favor desta recomendação e, assim, o executivo que entenda a melhor forma de conseguir conjugar esta recomendação." -----

Adriano Ferrão: "Entendemos de outra forma: Por um lado, a câmara tem-se responsabilizado pela aquisição de peixe, com a regularidade necessária e conveniente para as escolas, e com a sua higiene. E esta proposta põe um pouco em risco esta questão, dado ser um bem que é perecível e isso facilmente pode até intoxicar crianças. O carapau, a sardinha e a cavala não se dão a crianças de pouca idade. Não conheço escolas primárias a darem sardinhas às crianças. A sardinha até coincide mais com o verão, quando as escolas já não estão abertas. De qualquer forma, são peixes bastante espinhosos para crianças de tenra idade. O peixe congelado oferece essas garantias e também oferece a disponibilidade de uma gestão, por parte das escolas, quanto à armazenagem de peixe congelado, que o peixe fresco não consegue. Quando as escolas pensarem em fazer determinado peixe até pode ser que o abastecedor não tenha esse peixe disponível para essa mesma ocasião." -----

Cândido Reigado: "No que respeita à possibilidade do peixe fresco não chegar em boas condições às escolas, não é bem assim. Eu próprio já transporte peixe a trezentos quilómetros num camião frigorífico e chegava lá em perfeitas condições." -----

Vice-Presidente: "Sobre a segurança alimentar não terei grandes dúvidas que estará muito mais assegurada a segurança alimentar com o peixe ultracongelado, que mantém



as propriedades nutricionais, não tem comparação possível. Depois a questão de dar sardinhas, carapaus ou cavalas a crianças com quatro ou cinco anos: não teríamos era pessoal para estar a escolher o peixe e tirar as espinhas para colocar nos pratos de todas as crianças. Era impossível. Até posso compreender a intenção. Outro aspeto, seria a parte da distribuição, que não seria muito fácil. Faço lembrar que, durante nove anos, sempre abri concurso para peixe fresco e apenas houve um só concorrente, e foi sempre o mesmo. No último contrato, não chegou ao fim do contrato, e a partir daí não há condições." -----

José Pimenta: "Escolas que não são da gestão camarária estão a usar peixe fresco na alimentação das crianças." -----

Vice-Presidente: "Mas aí as crianças têm outras idades, é completamente diferente. As cantinas da gestão camarária são até ao nono ano, nas outras cantinas, da gestão dos agrupamentos escolares, os alunos já são mais velhos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, João Cabrita, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITAVO:

Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU, sobre o ano letivo 2014/2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado lê proposta apresentada pela CDU. (Doc. 4, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "Constatamos alguma anormalidade no processo colocação dos professores e em alguns pontos que aqui foram referidos. Não gostamos da carga negativa que se põe aqui por parte da CDU. Sabemos que já faz parte do registo da intervenção da CDU, mas de qualquer modo, face a isso, o PSD abstém-se." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01) Luís Afonso-----

Abstenções: dez (10) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, João Cabrita, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, da moção apresentada pela CDU acerca do fim às portagens na Via do Infante; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Só para salientar alguns pontos importantes: passados três anos, após o começo das portagens na Via do Infante, a estrada N125 não é alternativa à Via do Infante, só trinta por cento da Via do Infante foi feita com dinheiros públicos, há milhões de euros em portagens, de viaturas estrangeiras, que nunca reverterão para os cofres públicos. A economia local sofre com estas consequências, assim como o turismo, a restauração. Há aqui uma situação que, como se costuma dizer, não bate a bota com a perdigota: os eleitos pelo PSD do Algarve costumam dar apoio, mas depois na Assembleia da República não têm votado de acordo com aquilo que deveriam, no nosso entender, fazer, o mesmo que fazem no Algarve. Na zona da Guia já fecharam muitos armazéns devido a esta situação." -----

Adriano Ferrão: “Não me choca esta moção mas vai chocando, cada vez mais, a índole política que o documento contém, pelo que nós somos contra este tipo de postura e argumentação, com intenções políticas, pelo que votamos contra.” -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, João Cabrita, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, da proposta apresentada pela CDU sobre o Orçamento de Estado para 2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: “Apenas para reforçar alguns pontos: o Orçamento de Estado, não obstante o governo reconhecer que as Autarquias Locais são o sector da Administração Pública com melhor desempenho e resultados alcançados, inexplicavelmente, há um conjunto de matérias que dificultam o funcionamento dos Municípios na sua gestão e na sua capacidade de intervenção. São disso exemplo a impossibilidade dos municípios gerirem e disporem livremente dos seus recursos financeiros, pela imposição de consignações obrigatórias para o acréscimo das receitas a que legitimamente têm direito, impondo-se que, quer o acréscimo de verbas provenientes das transferências do Orçamento de Estado, quer as que decorrem do aumento do IMI, sejam alocadas obrigatoriamente a aplicações diversas. Os constrangimentos impostos no domínio da gestão dos recursos humanos, bloqueando a autonomia local de forma discriminatória e injusta, que impossibilitam os Municípios de

executarem as suas políticas, satisfazendo as necessidades das populações. A apropriação pelo Estado de cerca de quarenta por cento das verbas a transferir para financiamento das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, no período de arranque do Portugal dois mil e vinte, em que estas entidades serão chamadas a desempenhar um papel determinante, violando de tal forma a Lei das Finanças Locais. A usurpação das receitas Municipais, mantendo-se em vigor uma taxa adicional em sede de Imposto Único de Circulação, cuja receita reverterá para a Administração Central. A inadmissível ausência de medidas quer na proposta de Lei para o Orçamento de Estado para dois mil e quinze, quer na Reforma da Fiscalidade Verde, que consagrem entre outros aspetos a redução da taxa do IVA, aplicável à iluminação pública, como preconizado no acordo celebrado entre o Governo e ANMP. A inexistência de propostas, por parte do Governo, de consagração de isenção do IVA para os transportes e refeições escolares, situação que penaliza gravemente os Municípios, num domínio de cariz estritamente social. A necessidade de alocação ao fundo de apoio Municipal, pelo Governo dos cento e oitenta e oito milhões de euros retirados aos Municípios. Perante o exposto na moção, os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia Municipal reunida a dezoito de dezembro delibere: primeiro, proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias, posições firmes e combativas, contra as propostas do Orçamento do Estado para dois mil e quinze, que contribuam para o enfraquecimento do poder Local; segundo, exigir o cumprimento da lei das Finanças locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e Freguesias; terceiro, protestar contra a destruição do emprego Público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das Autarquias, impostas por este Orçamento, solidarizando-se com a sua luta; quarto, reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo Estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população; quinto, solidarizar-se com a posição assumida pelo Conselho Geral da ANMP, na sua reunião de vinte e quatro de Novembro de dois mil e catorze; e, por último, remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP, a AMAL, a ANAFRE e aos órgãos de comunicação social.” -----

Francisco Oliveira: "Só para registar que até esta moção consagra aquilo que é o núcleo duro da decisão tomada pela ANMP por unanimidade. Isto revela que não se está perante uma situação partidária mas sim uma posição dos municípios enquanto entidades que querem promover o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido o Partido Socialista irá votar favoravelmente, em consonância com aquilo que foi a deliberação tomada na ANMP por unanimidade." -----

Adriano Ferrão: "Consideramos que não temos de estar fidelizados àquilo que a ANMP acaba por tomar como decisão final na deliberação. Nós achamos que este documento e esta postura imbuída no espírito da CDU, que aqui toma a liderança da esquerda e que deixa algum espaço político para o PS. Registe-se que o PSD não pode estar de acordo com estas considerações altamente politizadas e, por isso, vamos votar contra."-----

Francisco Oliveira: "No fundo, o problema que está aqui é se eventualmente as forças partidárias votam num sentido ou noutra, portanto, não está em causa aquilo que foi a decisão unanime de todos os municípios de Portugal votarem favoravelmente este documento. Parece-me que estamos a fugir um bocado à questão. É realmente uma forma habilidosa de fugir à questão e vir aqui dizer que não estão de acordo com algo que, efetivamente, a maioria, para não dizer a totalidade, dos autarcas votaram favoravelmente." -----

Fernando Gregório: "Não estou a perceber o que é importante. Se é importante defender o ponto de vista do governo ou se é importante defender aquilo que as autarquias acham que deve ser defendido, que é o poder local. Fico sem perceber qual é o ponto de vista do PSD, quando está a defender o ponto de vista do governo e não defende o ponto de vista das autarquias." -----

Cândido Reigado: "Só para acrescentar que nós estamos em defesa do poder local democrático e, neste caso, contra as medidas arbitrárias do governo." -----

Adriano Ferrão: "A conciliação entre o poder central e o poder local, dentro de uma certa harmonia, é aquilo que nós verdadeiramente defendemos."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta

de Freguesia de Guia. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, João Cabrita, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Dezembro de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

(A)

18.12.2014

PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira vem propor para representantes de referida Assembleia junto do júri do regulamento de lotas de estado do ensino superior o seguinte

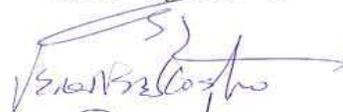
DOMINGOS MANUEL MARTINS COELHO

como efectivo e,

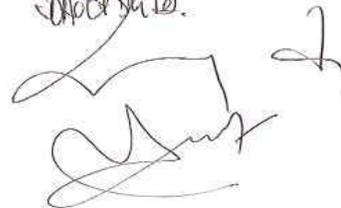
VERA NEVES ALBUQUERQUE E CASTRO COELHO
SITIOEL,

como suplente

O Grupo Parlamentar do
Partido Socialista
~~Faculdade~~









CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



(B)


18-12-2014

Ponto 1 . Ordem do Dia de 18/12/2014

Eleição de um membro da Assembleia Municipal para
integrar no júri do regulamento de bolsas de estudo do ensino superior.

Proposta da C.D.U.

José Joaquim do Carmo Pimenta

Os Eleitos





(C)

P
18-12-2024

O PSD vem APRESENTAR A PROPOSTA
PARA INTEGRAR O JULI DA ATRIBUIÇÃO DE
BOLSAS DO ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR
DA Dra^a CRISTINA PINTO

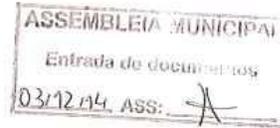


Carlos Santos



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Começou mal o ano lectivo 2014/2015

Mais uma vez, o início do ano lectivo fica marcado por:

- falta de milhares de professores nas escolas, situação que se agravou com inúmeros erros, irregularidades e ilegalidades num processo de colocação de professores que deveria estar concluído antes de Setembro;
- pelo encerramento de mais 311 escolas do 1º ciclo do ensino básico, em muitos casos com a oposição da comunidade escolar e das próprias autarquias;
- pela falta de condições em muitas escolas para acolhimento dos alunos das escolas encerradas;
- por dificuldades das autarquias em garantir os transportes escolares e assumir outras responsabilidades;
- pela falta de milhares de funcionários que impede o normal funcionamento dos serviços das escolas;
- pela manutenção de 318 mega agrupamentos.

Desta situação, resultou o agravamento das condições de trabalho e ensino-aprendizagem, com uma organização do ano escolar imposta por questões financeiras e não por imperativos pedagógicos, com a instabilidade profissional e social de milhares de professores, fruto da precariedade de um vínculo que gera um clima de insegurança nas suas vidas. Neste contexto surgem, nas famílias, dúvidas relativamente à qualidade do ensino na Escola Pública, que servem em pleno o objectivo do Governo de promover o privado.

A precariedade e o desrespeito pelos direitos laborais atinge também fortemente os demais trabalhadores da Escola Pública, nomeadamente os assistentes operacionais que, sempre em número manifestamente insuficiente (faltam pelo menos 5.000) para as necessidades das tarefas que lhes estão distribuídas, têm o seu importante papel desvalorizado por várias medidas do governo nas áreas da Educação e da Administração Pública.



Nesse sentido, o Governo tem vindo a introduzir, ao longo dos últimos anos, um conjunto de alterações no sistema educativo, quer no plano financeiro aumentando substancialmente os custos para as famílias mais desfavorecidas, quer introduzindo alterações curriculares com o objectivo de empurrar amplas camadas de estudantes, mais de 50% dos alunos do secundário, segundo o ministro, para as vias profissionalizantes, ou, como no caso do ensino superior, com a introdução das chamadas “meias-licenciaturas” e a imposição de custos exorbitantes para os 2º e 3º ciclos.

Mas a verdadeira razão do novo paradigma é o abandono progressivo, mas acelerado, da orientação para a formação da cultura integral do indivíduo, e a formatação do aluno não como um cidadão mas como um produto para o mercado de trabalho.

Passo significativo da privatização da Escola Pública é o aprofundamento do processo de municipalização que o governo decidiu avançar já este ano lectivo, ainda que em fase experimental. A intenção governamental de delegar ainda mais competências nas autarquias locais, na área da educação, poderá conduzir, objectivamente, à privatização do ensino básico e impedir a concretização do carácter universal do sistema de ensino a nível nacional.

Face a esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida na próxima sessão, delibere:

- 1.manifesar o seu desagrado pelo desastre da actuação do governo e do ministro da educação na abertura do ano escolar;
- 2.exigir do governo o cumprimento da Constituição da Republica, por uma escola pública, gratuita, de qualidade e para todos, ao serviço dos portugueses e do País, na via do desenvolvimento integrado de Portugal e dos portugueses.
- 3.dar conhecimento desta deliberação à Assembleia da Republica, ao governo, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.

Albufeira, 11 Dezembro 2014

Os eleitos da CDU